

CÂMARA MUNICIPAL COMENDADOR LEVY GASPARIAN

Av. Vereador José Francisco Xavier nº 01
Comendador Levy Gasparian - RJ - CEP 25870-000
www.camaralevy.rj.gov.br

FOLHA 02 PROC 013/23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2023

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Comendador Levy
Gasparian:

Apresento para a apreciação do Douto Plenário o seguinte projeto de Decreto
Legislativo.

Dispõe sobre o enquadramento dos
bens de consumo de qualidade
comum e de luxo, no âmbito da
Câmara Municipal de Comendador
Levy Gasparian.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COMENDADOR LEVY
GASPARIAN, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no
art. 20, § 1º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **DECRETA**:

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Este Decreto Legislativo dispõe sobre o enquadramento dos bens de
consumo nas categorias de qualidade comum e de luxo, no âmbito da Câmara
Municipal de Comendador Levy Gasparian, em regulamentação à determinação
contida no art. 20, § 1º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Definições

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto Legislativo, considera-se:

I – bem de consumo: todo material que atenda a, no mínimo, um dos seguintes
critérios:

a) durabilidade: em uso normal, perde ou reduz as suas condições de uso, no
prazo de dois anos;

Alexandre de Costa Oliveira
AGENTE LEGISLATIVO

- b) fragilidade: facilmente quebradiço ou deformável, de modo irreversível ou com perda de sua identidade;
- c) perecibilidade: sujeito a modificações químicas ou físicas que levam à deterioração ou à perda de suas condições de uso com o decorrer do tempo;
- d) incorporabilidade: destinado à incorporação em outro bem, ainda que suas características originais sejam alteradas, de modo que sua retirada acarrete prejuízo à essência do bem principal; ou
- e) transformabilidade: adquirido para fins de utilização como matéria-prima ou matéria intermediária para a geração de outro bem;

II – bem de consumo de luxo: bem de consumo ostentatório, opulento, de abordagem personalizada ou refinada, de elevado grau de sofisticação, de distribuição seletiva, alto preço, escassez, raridade e exclusividade, com forte apelo estético, de tradição ou história, cuja qualidade supera a das demandas ordinárias da Câmara Municipal de Comendador Levy Gasparian – RJ, por haver substitutos com características técnicas e funcionais equivalentes de qualidade comum;

III – bem de consumo de qualidade comum: bem de consumo que serve a um ou mais usos, apto a suprir as demandas das unidades da Câmara Municipal, compatível com a finalidade a que se destina, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais existentes no mercado;

IV – documento de formalização de demanda (DFD): documento que dá início a processo de contratação, em conformidade com o Plano Anual de Contratação (PCA), por meio do qual a unidade demandante evidencia e detalha a necessidade de tal contratação;

V – Unidade Administrativa de Contratação (UAC): unidade responsável pelo planejamento, coordenação e acompanhamento das ações destinadas à realização das contratações no âmbito da Câmara Municipal; e

VI – unidade demandante: unidade que, por meio do DFD, requer a contratação de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações para o atendimento das necessidades das unidades da Câmara Municipal.

Classificação de bens

Art. 3º O agente público considerará no enquadramento do bem como de luxo, conforme conceituado no inciso II do *caput* do art. 2º:

I – relatividade cultural: distinta percepção sobre o bem, em função da cultura local, desde que haja impacto em seu preço;

II – relatividade econômica: variáveis econômicas que incidem sobre o preço do bem, principalmente a facilidade ou a dificuldade logística regional ou local de acesso ao bem;

III – relatividade temporal: mudança das variáveis mercadológicas do bem ao longo do tempo, em função de aspectos como:

- a) evolução tecnológica;
- b) tendências sociais;
- c) alterações de disponibilidade no mercado;
- d) modificações no processo de suprimento logístico; e

IV – relatividade institucional: variáveis inerentes aos objetos institucionais de unidades da Câmara Municipal, devido às peculiaridades e às necessidades de sua atividade finalística.

Art. 4º Não será enquadrado como bem de luxo aquele que, mesmo considerado na definição do inciso II do *caput* do art. 2º:

I – for adquirido a preço equivalente ou inferior ao preço do bem de qualidade comum de mesma natureza; ou

II – tenha características superiores justificadas em face da estrita atividade do órgão.

Art. 5º Nas contratações públicas, os agentes públicos devem levar em consideração, além dos princípios da economicidade, da eficiência e do interesse público, os impactos sociais e ambientais das contratações.

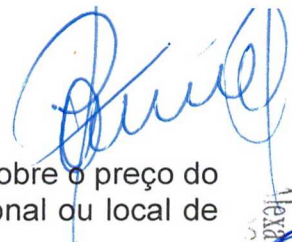
Bens de luxo na elaboração do Plano de Contratação Anual (PCA) e Documento de Formalização de Demanda (DFD)

Art. 6º É vedada a inclusão de bens de luxo no Plano de Contratações Anual (PCA).

§ 1º Antecedendo a elaboração do PCA, a Unidade Administrativa de Contratação (UAC) deve identificar eventuais bens de luxo constantes dos documentos de formalização de demanda (DFDs), de que trata o inciso VII do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 2º Uma vez identificada a existência de bens de luxo, nos termos do § 1º, os DFDs retornarão às unidades demandantes, para adequação.

§ 3º Na situação prevista no § 2º, caso a unidade demandante tenha o entendimento de que, naquele caso concreto, se trata de bem de qualidade comum, poderá encaminhar novamente o DFD para a Unidade Administrativa de Contratações (UAC) com as devidas considerações.


Alexandre da Costa Simões
CENTRO LEGISLATIVO



§ 4º Se na situação prevista no § 3º a UAC não reconsiderar a sua decisão inicial, deverá submeter o caso concreto à avaliação do Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal, que decidirá se o bem demandado será classificado como de qualidade comum ou de luxo, a impedir, neste último caso, sua aquisição.

§ 5º Nas contratações não previstas no PCA que ocorram nas hipóteses de contratação direta, as análises descritas nos §§ 1º e 4º serão realizadas, respectivamente, pela UAC e pelo Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal.

Vedação à aquisição de bens de luxo

Art. 7º É vedada peremptoriamente a contratação de bens de luxo, nos termos do *caput* do art. 20, da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 8º As unidades competentes, quando da elaboração dos estudos técnicos preliminares (ETPs), devem apresentar análise de custo-efetividade, demonstrando os resultados pretendidos pela contratação em termos de economicidade e do melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

Art. 9º O Agente de Contratação da Câmara Municipal, poderá editar norma prevendo relação não exaustiva de bens de luxo, a qual poderá contemplar, como critério alternativo de classificação, o preço de referência máximo do bem por categoria ou natureza.

Parágrafo único. A relação de que trata o *caput* estará sujeita à análise de relatividade, nos termos do art. 3º, a ser formalizada nos autos de contratação correspondentes, se couber.

Art. 10. Os casos omissos decorrentes da aplicação deste Decreto Legislativo serão dirimidos pela Unidade Administrativa de Contratação (UAC).

Normas complementares

Art. 11. A Unidade Administrativa de Contratação (UAC) poderá expedir normas complementares para a execução deste Decreto Legislativo, bem como disponibilizar em meio eletrônico informações adicionais.

Vigência

Art. 12. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Comendador Levy Gasparian, 27 de fevereiro de 2023.


José Fernando Cheffer
Vereador

Alexandre da Costa Simões
AGENTE LEGISLATIVO

FOLHA 05
PROC. 013/23

JUSTIFICATIVA

CONSIDERANDO os princípios da moralidade e da eficiência previstos no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação do art. 20, § 1º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO que sem a devida regulamentação, esta Casa de Leis, não poderia continuar com novas compras de bens de consumo, conforme preceitua o art. 20, § 2º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

Art. 20 ...

§ 1º ...

§ 2º ..., novas compras de bens de consumo só poderão ser efetivadas com a edição, pela autoridade competente, do regulamento a que se refere o § 1º deste artigo.

CONSIDERANDO promover maior eficiência, transparência e responsabilidade nesta Casa de Leis; e

CONSIDERANDO cumprir a Lei supracitada.

Pelo exposto,

Apresentamos à apreciação do Egrégio Plenário o Projeto de Decreto Legislativo que adiante é visto.

Alexandre da Costa Simões
AGENTE LEGISLATIVO

FOLHA 02
PROJ. 013/2021